

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

Tendo iniciado a carreira como promotor público em Ubá, Antônio Carlos Andrada defendeu as garantias funcionais de membros do Ministério Público na Assembleia Nacional

Formado em 1891 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada iniciou a vida profissional como promotor público em Ubá, na Zona da Mata mineira.

Bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, e filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado da Assembleia Geral Legislativa do Império e senador do Congresso Constituinte por Minas Gerais, Antônio Carlos teve forte presença na vida política do país desde o fim do século XIX até meados do século XX.

Em 1894, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, cidade onde também lecionou História Geral e do Brasil, na Escola Normal, e Direito Comercial, na Academia de Comércio. Em 1896, tornou-se diretor-proprietário do Jornal do Comércio, onde escrevia sobre assuntos econômicos e financeiros.

No início do século XX, ocupou cargos importantes, como o de secretário de Finanças do Estado e de prefeito de Belo Horizonte. Em 1911, entrou para o cenário político nacional ao eleger-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Passou a integrar a Comissão de Finanças e,

em 1917, foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Wenceslau Brás. À frente da pasta da Fazenda, realizou reformas, aperfeiçoando a fiscalização da receita pública e aprovando nova regulamentação referente aos impostos de consumo e de renda. Reeito para a Câmara Federal em 1919, reassumiu a presidência da Comissão de Finanças até 1923, quando publicou a obra Bancos de emissão no Brasil.

Eleito presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada tomou posse em 7 de setembro de 1926. Como chefe do Poder Executivo estadual, incentivou o desenvolvimento da imprensa mineira, implantou uma política de descentralização administrativa, defendeu a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e promoveu a reforma que instituiu o voto secreto nas eleições estaduais e municipais.



A reforma do ensino foi um dos mais importantes capítulos da sua administração. O projeto pioneiro dirigido por Francisco Campos, secretário do Interior, renovou todo o ensino primário e normal do estado, segundo postulados da “Escola Nova”. Além disso, em 1927, criou a Universidade de Minas Gerais e deu prosseguimento à organização da futura Universidade Agrícola, em Viçosa.

Por sua condição de presidente de Minas, era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís em 1930. No entanto, o acordo tácito que vinha garantindo a alternância de São Paulo e Minas no governo federal foi rompido quando Washington Luís, representante de São Paulo, preferiu indicar outro paulista para sucessor. Preterido, Antônio Carlos passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência. Tal projeto se concretizou com a formação da Aliança Liberal, coligação que reunia os situacionistas de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, e era ainda apoiada pela maioria dos “tenentes” que haviam lutado contra o governo federal nos anos anteriores. No desenrolar dos acontecimentos foi deflagrado, em 3 de outubro, um movimento conhecido como Revolução de 30, que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder.

No início dos anos de 1930, Antônio Carlos recusou o cargo de embaixador de Portugal, oferecido pelo então presidente Getúlio Vargas, por considerar necessária sua presença no país. Insistia na necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte para se colocarem em prática os ideais pregados durante a campanha liberal.

Assim, tornou-se presidente da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933. Foi nessa condição que defendeu as garantias funcionais de membros do Ministério Público. “É preciso defender o Ministério Público da politicagem local. O estado pode estabelecer que o promotor seja demitido ad nutum. E é um absurdo. Bastará que este promotor apresente uma denúncia contra pessoa influente para que o presidente do estado o

afaste do cargo ou o demita. O promotor demissível ad nutum não pode fiscalizar a execução do direito”, manifestou-se.

A Constituição de 1934 foi a primeira a institucionalizar o Ministério Público, colocando-o em uma seção própria e dando os primeiros contornos de sua autonomia. Segundo o artigo 95 da referida carta, o membro do Ministério Público passou a ser nomeado mediante concurso e só perderia o cargo, nos termos da lei, por sentença judiciária ou processo administrativo, no qual lhe seria assegurada ampla defesa.

Com o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 16 de julho de 1934, os constituintes transformaram-se em deputados da Câmara, acumulando as funções do Senado. As eleições para a primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional foram marcadas para 14 de outubro, quando Antônio Carlos foi um dos 26 deputados federais eleitos na legenda do Partido Progressista (PP), por ele fundado.

Com o país imerso em um clima de tensão crescente, em 1936, Getúlio Vargas passou a articular o afastamento de Antônio Carlos da presidência da Câmara, o que veio a acontecer em maio de 1937, quando Pedro Aleixo o derrotou por 152 votos contra 131. Em 10 de novembro, Vargas comandou o golpe que instalou o Estado Novo.

Fechados o Congresso Nacional e as Câmaras estaduais e municipais, Antônio Carlos perdeu seu mandato, voltou a Juiz de Fora e ficou algumas semanas em prisão domiciliar, indo visitar, sob escolta militar, a esposa, hospitalizada em Belo Horizonte. Nessa época, abandonou definitivamente a política e passou a dedicar-se a uma companhia de seguros, da qual foi membro da diretoria.